



Assembleia de Freguesia de Portimão

Acta nº 9/2015

Aos vinte e oito dias do mês de Setembro de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, nesta cidade de Portimão, na sede da Junta de Freguesia de Portimão, sita na Praça da República, nº 25, 8500-540, reuniram em sessão ordinária de Assembleia de Freguesia de Portimão, os seguintes elementos: -----

Ilídio da Conceição Guerreiro Poucochinho, Presidente da Mesa de Assembleia de Freguesia; Amilcar de Sousa Bentes 1º Secretário, Clemente Camarinha, José Carlos Nunes Lourenço, António Paulo de Brito Vitorino, Filipa Florêncio, pelo Partido Socialista; Ângela Margarida Gomes, pelo Partido Social Democrata, Custódio Milhano Coelho, Armando José Martins Santana Marques, Sara Rosado, pela Coligação Servir Portimão, Miguel Jorge Medeiros Martins Madeira, Hélder José Porfírio de Jesus, pelo Bloco de Esquerda, Vasco Trindade e João Brás, pela CDU. -----

A presente sessão foi convocada com a seguinte ordem de trabalhos: -----

- 1. Período de intervenção do público;**
- 2. Período de antes da ordem do dia;**
- 3. Apreciação e votação da 2ª Revisão Orçamental**
- 4. Apreciação da Informação do Presidente da Junta.**

Aberta a sessão, Ilídio Poucochinho, Presidente da Mesa de Assembleia, cumprimentou todos os presentes e procedeu à leitura dos pedidos de substituição de Márcio Marques, do PPD/PSD, de Nuno Campos Inácio, da Coligação Servir Portimão, e de Paulo Pereira e Alexandra Matos, da CDU, que foram substituídos por Sara Rosado, pela Coligação Servir Portimão e João Brás, pela CDU, respectivamente. -----

Antes de passar ao Ponto nº 1, Ilídio Poucochinho, Presidente da Mesa de Assembleia informou a Assembleia que, de acordo com o Regimento em vigor, a mesa tem legitimidade para funcionar apenas com dois membros, pelo que deu início aos trabalhos. -----

Sendo o **Ponto nº 1- Período de intervenção do público** - Ilídio Poucochinho, Presidente da Mesa da Assembleia, questionou o público presente em matéria de intervenção. - Pediu a palavra, Mário Freitas, que depois de cumprimentar todos os presentes fez um balanço da sua presença na Assembleia e congratulou-se com o facto de a maioria das questões que apresentou terem sido resolvidas. -----



Assembleia de Freguesia de Portimão

Acta nº 9/2015

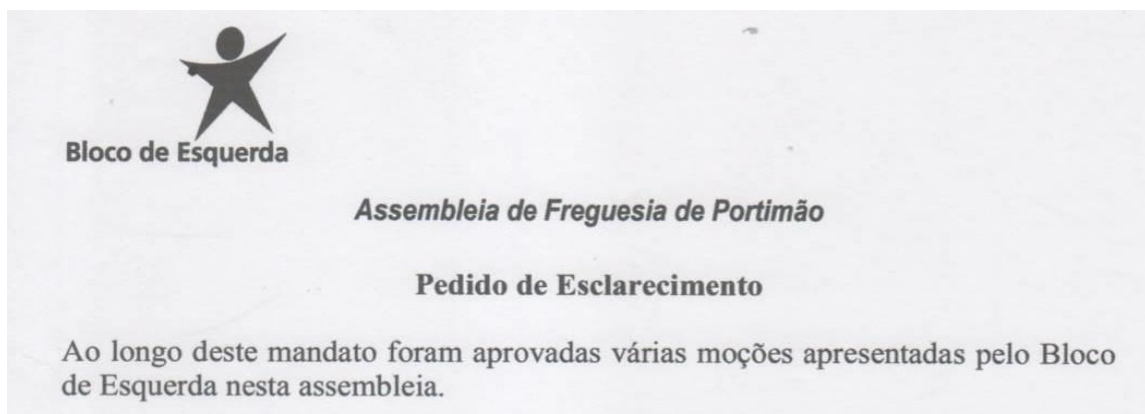
Não havendo mais pedidos de intervenção, Ilídio Poucochinho, Presidente da Mesa da Assembleia, passou ao **Ponto nº 2 - Período antes da ordem do dia**, e, antes de colocar a acta da última Assembleia à votação, pediu a todas as bancadas que nomeassem um membro para a criação de um grupo de trabalho, no âmbito de uma moção apresentada pela bancada da Coligação Servir Portimão.-----

Pediu a palavra Sara Rosado, da bancada da Coligação Servir Portimão, que chamou a atenção para o facto de o seu nome constar na última acta, uma vez que não esteve presente na dita Assembleia, e pediu que se procedesse à devida rectificação. Sara Rosado sugeriu, ainda, que o nome dos membros impedidos de votar passasse a constar da acta, por ser de opinião que um dia que haja uma impugnação será mais fácil aferir quem votou.-----

Passou-se de seguida à votação da acta tendo sido aprovada, por unanimidade, conforme quadro seguinte:-----

Votações	PS	SP	PPD/PSD	BE	CDU	Total
Votos a favor	5	2	1	2	2	12
Abstenções						
Votos contra						

De seguida Ilídio Poucochinho, Presidente da Mesa de Assembleia, deu a palavra a Miguel Madeira, da bancada do Bloco de Esquerda, que leu um pedido de esclarecimento, cujo teor aqui se anexa:





Assembleia de Freguesia de Portimão

Acta nº 9/2015

Assim, os representantes eleitos pelo Bloco de Esquerda vêm inquirir a Junta de Freguesia sobre qual o ponto da situação a respeito das seguintes moções aprovadas:

- Moção sobre a insegurança nas zonas dos Largos Gil Eanes e Sárrea Prado (“Largo da Estação”), aprovada em Junho de 2014.
- Moção sobre a degradação do Posto de Turismo, do Posto da Polícia e das casas de banho públicas da Praia da Rocha, aprovada em Junho de 2014.
- Moção sobre a ausência de bocas-de-incêndio em vários edifícios da Coca Maravilhas, aprovada em Setembro de 2014.
- Moção sobre a reabilitação dos jardins públicos de Portimão, aprovada em Dezembro de 2014.
- Moção sugerindo a construção de postos padronizados para instalar os negócios que exercem a sua atividade na zona ribeirinha, aprovada em Abril de 2015.
- Moção para a sinalização efetiva das paragens de Va-Vem, aprovada em Abril de 2015.

Portimão, 22 de setembro de 2015

Os membros eleitos pelo Bloco de Esquerda

Miguel Madeira
José Porfírio
Célia Alfarroba da Silva

Após a leitura do pedido de esclarecimentos, Ilídio Poucochinho, Presidente da Mesa de Assembleia, deu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Portimão, Álvaro Bila, que esclareceu que todas as Moções, aprovadas em Assembleia, são encaminhadas para os devidos organismos e informou que as que são da competência da Freguesia fora, ou estão a ser, resolvidas e deu como exemplo o caso do Largo Gil Eanes onde, conforme informação que recebeu por parte da Polícia de Segurança Pública, se verifica menos insegurança e cujo lago já foi limpo.-----

Quanto às casas de banho do Posto de Turismo, Álvaro Bila, informou que as mesmas foram abertas durante o verão, embora existam alguns problemas, à semelhança do que acontece com o Posto da Polícia de Segurança Pública, tendo sido a moção enviada a quem de direito. -----

No que respeita às bocas de incêndio, Álvaro Bila, informou que, embora não sendo obrigatória a sua colocação na altura da construção, os edifícios, em questão, foram sinalizados



e o corpo de Bombeiros sabe que, em caso de ocorrência, o autotanque tem que sair, como sai para outro edifício devidamente equipado com boca-de-incêndio, e informou, ainda, que as bocas de incendio existentes em Portimão estão todas verificadas e georeferenciadas.-----
Quanto à reabilitação dos jardins, Álvaro Bila, disse que só não vê quem não quer ver que os mesmos se encontram em muito melhores condições embora ainda não estejam a 100%.-----
No que respeita à APS, Álvaro Bila, informou que não obteve qualquer resposta daquele organismo e quanto às paragens do Vai Vem, informou que não houve mais reclamações sobre o assunto.-----
De seguida Ilídio Poucochinho, Presidente da Mesa de Assembleia, deu a palavra a Vasco Trindade, da bancada da CDU, que leu a Moção nº 1, cujo teor aqui se anexa:-----

CDU CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV

MOÇÃO

SOBRE A ASSISTÊNCIA A GRÁVIDAS
DURANTE O VERÃO NO HOSPITAL DE FARO

Portimão, 28 de Setembro de 2015

O Serviço de Obstetrícia do Hospital de Faro anunciou a suspensão da assistência a grávidas durante os meses de Agosto e Setembro, nomeadamente na especialidade de medicina materno-fetal, nas consultas de referenciação às 38 semanas e nas ecografias do 2º trimestre. Tal decisão deve-se à falta de médicos especialistas no Centro Hospitalar do Algarve.

Ao mesmo tempo, reconhece o Serviço de Obstetrícia do Hospital de Faro, no seu comunicado, que «não é possível assegurar com qualidade e segurança todas as atividades deste serviço (bloco, ecografias e outras técnicas de diagnóstico, consultas e enfermaria)».

Posteriormente, a Administração Regional de Saúde do Algarve anunciou que, a partir do dia 13 de Agosto, iria garantir a realização das ecografias obstétricas, consultas de medicina materno-fetal e consulta de referenciação às 38 semanas a todas as grávidas da região, recorrendo, para isso, à contratualizados dos serviços de um hospital privado da região algarvia.

Esta situação é bem reveladora da contínua degradação do Serviço Nacional de Saúde no Algarve e no País, que se insere na estratégia do Governo PSD/CDS-PP de ataque ao Serviço Nacional de Saúde e favorecimento dos estabelecimentos de saúde privados.

Com esta estratégia, o Governo vai dando corpo a uma opção política, ideológica e programática – e não meramente conjuntural e ditada pela crise – de criação de um sistema de saúde a duas velocidades: um serviço público desqualificado e degradado para os mais pobres, centrado na prestação de um conjunto mínimo de cuidados de saúde, e um outro, centrado nos seguros privados de saúde e na prestação de cuidados por unidades de saúde privadas, para os cidadãos mais favorecidos.



Assembleia de Freguesia de Portimão

Acta nº 9/2015

Esta contínua degradação do Serviço Nacional de Saúde vai criando condições para a gradual transferência dos cuidados de saúde para os grandes grupos privados que operam no setor, transformando a saúde num negócio de alguns, quando devia ser um direito de todos.

Pelo exposto, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia de Freguesia de Portimão, reunida a 28 de Setembro de 2015, delibere:

1. Protestar junto do governo por este desrespeito ao Serviço Nacional de Saúde e pelos graves prejuízos e dificuldades assim criados às mulheres grávidas no Algarve;
2. Exigir do governo medidas urgentes para reforçar o quadro clínico dos hospitais de Faro, de Portimão e de Lagos, garantindo a estas unidades hospitalares condições para prestar cuidados de saúde de qualidade a todos os cidadãos, não só no verão como durante todo o ano;
3. Dar conhecimento desta deliberação ao Presidente da República, ao governo, à ARS Algarve, ao Centro Hospitalar do Algarve e aos órgãos de comunicação social.

Os eleitos pela CDU - Coligação Democrática Unitária na Assembleia de Freguesia de Portimão

Vasco Trindade

João Carlos Brás

Após a leitura da Moção nº 1, Ilídio Poucochinho, Presidente da Mesa de Assembleia, colocou-o à discussão da Assembleia.-----

Pediu a palavra Miguel Madeira, da bancada do Bloco de Esquerda, que questionou a mesa, no que respeita à sua intervenção na discussão e votação da Moção, tendo em conta a sua condição de funcionário do Centro Hospitalar do Algarve.-----

Ilídio Poucochinho, Presidente da Mesa de Assembleia, considerou não haver conflito de interesses pelo que ficou decidido que Miguel Madeira poderia intervir na discussão da Moção.

Pediu a palavra Vasco Trindade, da bancada da CDU, que concordou com a decisão do Presidente da Mesa de Assembleia sendo, também, sua opinião que Miguel Madeira, pode intervir e votar a Moção.-----

Pediu a palavra Custódio Coelho, da bancada da Coligação Servir Portimão, que embora considere o assunto de importância nacional, disse que a sua discussão era extemporânea, tendo em conta estarmos em final de Setembro, e a Moção reportar, especificamente, a Agosto e Setembro, e o problema ter sido resolvido pela Comissão Regional de Saúde.-----

Pediu a palavra Vasco Trindade, da bancada da CDU, que disse estarmos perante um grave problema e perante uma problema que deve ser debatido e informou que a situação, mencionada na Moção, foi resolvida, apenas, a partir de 13 de Agosto, quando na sua opinião



era uma situação que deveria ter sido ser antecipada e cuidada.-----

Vasco Trindade, referiu, ainda, o desinvestimento no Serviço Nacional de Saúde e o encaminhamento para o sector privado, uma situação que considerou errada, em termos ideológicos, sendo sua opinião que a solução correcta seria dotar os hospitais do Centro Hospitalar do Algarve com funcionários e meios necessários para responder às necessidades da população, ao longo de todo o ano. -----

Pediu a palavra Custódio Coelho, da bancada da Coligação Servir Portimão, que em jeito de breve nota, disse que se se abrem concursos e não aparecem médicos a concorrer a questão não pode ser considerada ideológica. Quanto à questão da Administração do Hospital, Custódio Coelho, considerou que a mesma fez o que tinha a fazer, pertencendo a responsabilidade do atraso à ARS. -----

Pediu a palavra Álvaro Bila, que, na sua condição de membro da Comissão Municipal da Protecção Civil, informou ter conhecimento da transferência de doentes para Faro e de grávidas para Lisboa, sendo sua opinião que se devem criar condições para termos médicos no Algarve porque o facto de uma grávida ter que ir para Lisboa para ter o seu filho representa um grande retrocesso nos serviços prestados. -----

Pediu a palavra Custódio Coelho, da bancada da Coligação Servir Portimão, que lembrou a existência de uma Providência Cautelar que impede os médicos de Faro de se deslocarem a Portimão e vice-versa.-----

Pediu a palavra Vasco Trindade, da bancada da CDU, que informou da existência de um regime expcecional de contratação de quadro clínicos, para as Regiões Autónomas, em que se criaram condições aliantes para estabelecer os clínicos naquela região e disse que, se calhar, seria necessário o mesmo regime para o interior do País e, inclusive, para a região do Algarve. Vasco Trindade, disse ser necessário actuar perante esta situação, e não encolher os ombros, para impedir que os médicos, que são formados, com o financiamento do Estado, num investimento de cerca de €400.000,00, para cada médico, partam para o estrangeiro ou trabalhem no privado. -----

Pediu a palavra Sara Rosado, da bancada da Coligação Servir Portimão, que disse não se rever nos considerandos da Moção e concordou com o que disse Custódio Coelho, no que respeita a estarmos perante uma situação extemporânea no sentido em que pegou num episódio



Assembleia de Freguesia de Portimão

Acta nº 9/2015

pontal e que foi resolvido. -----

Nesse sentido, e por crer que os termos da Moção não são os mais corretos, Sara Rosado, manifestou a sua intenção de votar contra a Moção, embora frisando que o assunto também a preocupa. -----

Pedi palavra Vasco Trindade, da bancada da CDU, que disse ser este apenas um exemplo concreto, real, entre muitos outros, dando como exemplo o nascimento do seu filho, há oito meses, em que, nessa altura, havia a preocupação de, caso a sua mulher entrasse em trabalho de parto, não haver anestesista ou ter que ir para Faro, sendo este apenas um exemplo de situações que já decorrem há muito tempo e que vão continuar a suceder se nada se fazer para resolver o assunto. -----

Vasco Trindade, continuou a sua intervenção dizendo ser injustificável que a ARS resolva, a 13 de Agosto, um problema de falta de quadros que já era expectável que fosse acontecer, daí os considerandos da Moção que exigem soluções eficazes, concretas, e de longo prazo, inclusive de alteração das políticas actuais, de como é financiado e gerido o Serviço Nacional de Saúde, e mais concretamente o Centro Hospitalar do Algarve, nas suas várias unidades, porque os problemas repetem-se e mandar para o privado não é solução. -----

Pedi a palavra Miguel Madeira, da bancada do Bloco de Esquerda, que reforçou o facto de o problema se repetir, no próximo Verão, caso não se contrate mais Obstetras e Ginecologistas.---

Não havendo mais pedidos de intervenção Ilídio Poucochinho, Presidente da Mesa da Assembleia, colocou a Moção nº 1 a votação, tendo sido aprovada, por maioria, conforme quadro seguinte:

Votações	PS	SP	PSD/PPD	BE	CDU	Total
Votos a favor	6			2	2	10
Abstencções		1	1			2
Votos contra		2				2

Na prossecução dos trabalhos, Ilídio Poucochinho, Presidente da Mesa de Assembleia, deu a palavra a Vasco Trindade, da bancada da CDU, que leu a Moção nº 2, cujo teor aqui se anexa:



CDU

CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



MOÇÃO

GRATUIDADE DOS MANUAIS ESCOLARES NO ENSINO ESCOLAR OBRIGATÓRIO

Portimão, 28 de Setembro de 2015

A grande maioria das famílias portuguesas, com filhos em idade escolar, continuam a viver em Agosto e Setembro um autêntico sufoco, fruto da necessidade de adquirirem nesta altura do ano os manuais escolares e outro material didáctico. Situação que se agrava quando confrontadas com uma situação económica e social marcada pelo desemprego, por baixos salários, aumento da pobreza, em que uma em cada três crianças está em risco de pobreza ou exclusão social.

De acordo com os dados do último Inquérito feito pelo INE às despesas familiares, em 2010/2011, os agregados familiares com crianças dependentes (36,6% do total de agregados familiares em Portugal), gastavam, em média, com a educação, 1028 euros. Se actualizarmos este valor com os valores da inflação, o custo médio, em 2014, para estes agregados, foi de 1082 euros.

A Convenção assinada pelo governo com a Associação de Livreiros, possibilitando o aumento anual do preço dos manuais em 2,6%, permitiu às editoras aumentarem 10,4% o preço dos manuais escolares desde 2012/2013. Isto, para as famílias, traduziu-se num aumento de cerca de 22 milhões de euros/ano.

Portugal continua a ter níveis de abandono precoce e de insucesso escolar muito preocupantes, que sucessivos estudos confirmam terem origem nas dificuldades económicas e sociais da grande maioria dos agregados familiares. Como tal, o acesso gratuito aos manuais escolares e a outros meios didácticos seria um importante contributo para combater o abandono e insucesso escolares.

A Constituição da República Portuguesa comete ao Estado o dever de assegurar a todos o acesso ao ensino, garantindo a igualdade de oportunidades e a sua gratuitidade. O investimento das famílias portuguesas na Educação é já hoje o maior da UE e um dos elementos que mais pesa nesse investimento é a aquisição anual dos manuais escolares e outros meios didácticos. O facto de um agregado familiar que tenha um rendimento por criança superior a 419,22 (valor do IAS), ficar excluído dos apoios da Acção Social Escolar, impede condições de igualdade no processo de ensino-aprendizagem, entre as crianças e jovens a frequentarem o ensino obrigatório.

O princípio constitucional da universalidade da escolaridade obrigatória e da sua gratuitidade deverá ser um atributo do sistema de ensino português. À semelhança, aliás, do que se passa em grande parte dos países europeus.

O manual escolar impresso é ainda hoje um dos elementos mais utilizados e eficazes no processo de ensino-aprendizagem, embora cedendo algum espaço por força da evolução tecnológica e da utilização crescente de outros meios. O manual escolar destina-se primordialmente ao aluno, por isso deve – além de veicular conhecimentos – contribuir para o desenvolvimento das capacidades dos jovens, sem recurso à memorização e reprodução fiel dos conteúdos, bem como estimular a sua atitude crítica perante a informação recebida.



A entrega gratuita de manuais escolares a todos os alunos do ensino obrigatório, constitui um verdadeiro investimento para o futuro. Uma medida que – correspondendo a um acréscimo residual (um pouco mais de 2%) na despesa de funcionamento do orçamento do Ministério da Educação - seria uma séria contribuição para o cumprimento do preceito constitucional, para a redução do abandono escolar prematuro e, conseqüentemente, para o aumento do nível de escolaridade da nossa população, com reflexos positivos no desenvolvimento económico e social do País.

Pelo exposto, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia de Freguesia de Portimão, reunida a 28 de Setembro de 2015, delibere:

1. Exigir do governo que defina a Educação como um valor estratégico fundamental para o desenvolvimento do País, com prioridade para um efectivo combate ao abandono escolar e ao insucesso escolar e educativo e à exclusão social e escolar, garantindo para o efeito o fornecimento gratuito de manuais escolares a todos os alunos do ensino escolar obrigatório;
2. Dar conhecimento desta deliberação ao governo, aos agrupamentos escolares, Conselho Municipal da Educação, Conselho Municipal da Juventude, Associações de Pais e Encarregados de Educação do Concelho e aos órgãos de comunicação social.

Os eleitos pela CDU - Coligação Democrática Unitária na Assembleia de Freguesia de Portimão

Vasco Trindade

João Carlos Brás

Após a leitura da Moção nº 2, Ilídio Poucochinho, Presidente da Mesa de Assembleia, colocou-a à discussão da Assembleia. -----

Pedi a palavra Sara Rosado, da bancada da Coligação Servir Portimão, que disse que a importância da educação é um valor constitucional, considerada pela Constituição como um dos nossos bens maiores, que deve ser preservada e tendencialmente gratuita, existindo há muitos anos apoios às famílias carenciadas. Sara Rosado, disse ainda que, na sua opinião, o insucesso escolar terá razões de ser que vão além da gratuitidade, ou não, dos manuais escolares e, nessa perspectiva, considerou a Moção inopina, por a Constituição já o determinar e não caber ao Governo definir que a educação passa a ser um valor estratégico de defesa. Por tudo isto e também dado a impossibilidade de auferir se os valores mencionados correspondem à realidade nacional, Sara Rosado, disse que se iria abster. -----

Pedi a palavra Vasco Trindade, da bancada da CDU, que lembrou que foi focado ser esta uma situação definida pela Constituição e disse que o Governo já por várias vezes não cumpriu a Constituição, tendo havido decisões do Tribunal Constitucional no sentido da



Assembleia de Freguesia de Portimão

Acta nº 9/2015

inconstitucionalidade das suas medidas, sendo preocupação da bancada da CDU que a Constituição seja cumprida. -----

Na continuação da sua intervenção, Vasco Trindade, disse ser evidente que a questão dos manuais escolares não é uma solução mágica para o insucesso escolar e para o abandono escolar, mas que são uma medida importante, o que justifica o facto de muitas autarquias, inclusive a Junta de Freguesia de Portimão, e associações privadas se revezarem a fazer esse trabalho, por ser uma necessidade social concreta, e taparem um buraco que o Governo devia assegurar. -----

Pedi a palavra Clemente Camarinha, da bancada do Partido Socialista, que cumprimentou todos os presentes e começou por informar que a sua bancada se iria abster, não por ser contra o princípio mas por se preocupar muito mais com as alterações constantes aos manuais escolares e com o facto de as escolas obrigarem à sua compra, quando os mesmos poderiam passar para irmãos, para vizinhos e, nesse, caso já ser possível as autarquias e as associações auferirem das necessidades e dar um apoio mais concreto aos jovens carenciados. -----

Pedi a palavra Armando Santana, da bancada da Coligação Servir Portimão, que depois de cumprimentar todos os presentes, iniciou a sua intervenção dizendo que, na sua opinião, os considerandos da Moção vão um pouco longe demais e que não lhe parece que o simples facto de se decidir atribuir gratuidade aos manuais escolares vá combater o insucesso escolar. Neste contexto informou que iria votar contra a Moção. -----

Pedi a palavra Vasco Trindade, da bancada da CDU, que disse gostar muito da troca de pareceres e que estas questões sejam tão debatidas na Assembleia e estranhou a posição do Partido Socialista, por não ver argumentos que justifiquem a abstenção até pelo facto de ser a primeira vez que estes acham que uma Moção da CDU devia ter ido um pouco mais além, no sentido das considerações dos manuais escolares serem alterados todos os anos e inviabilizar a sua reutilização. -----

Na continuação da sua intervenção, Vasco Trindade, da bancada da CDU, disse que a solução não sendo mágica é mais um contributo para a resolução de um problema que se verifica e que é real, e que não afirma que vai ser o fim do insucesso ou do abandono escolar. Quanto aos custos, disse, ser seguro que há muito mais verbas investida no acompanhamento aos alunos que repetem sucessivamente, aos alunos do ensino especial, no que respeita ao



Assembleia de Freguesia de Portimão

Acta nº 9/2015

simples apoio ao nível de estudo e do seu percurso lectivo, existindo uma serie de custos que decorrem da questão do insucesso e do próprio abandono escolar de jovens adultos que deviam estar no ensino obrigatório ou de pessoas que atingindo a idade adulta não tem qualificações para o mercado de trabalho. -----

Pediu a palavra Armando Santana, da bancada da Coligação Servir Portimão, que, em jeito de achega à sua intervenção anterior, e referindo um dos considerandos da Moção “ a todos os alunos do ensino escolar obrigatório”, disse ser de opinião que não se deve beneficiar os mais ricos em detrimento dos pobres por ser apologista de que se deve apoiar aqueles que têm realmente necessidade. -----

Pediu a palavra Miguel Madeira, da bancada do Bloco de Esquerda, que disse que muitas vezes os esquemas de tentar apoiar só os mais desfavorecidos acabam por deixar de fora outros desfavorecidos, só porque estão um pouco acima do limiar, e outras vezes pessoas que não são desfavorecidas são apoiadas porque aldrabam o IRS. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, Ilídio Poucochinho, Presidente da Mesa de Assembleia, colocou a Moção nº 2 a votação tendo sido aprovada, por maioria, conforme quadro seguinte:

Votações	PS	SP	PSD/PPD	BE	CDU	Total
Votos a favor				2	2	4
Abstencões	6	1	1			8
Votos contra		2				2

De seguida, Ilídio Poucochinho, Presidente da Mesa de Assembleia, deu a palavra a João Brás, da bancada da CDU, que leu a Moção nº 3, cujo teor aqui se anexa: -----



CDU

CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



MOÇÃO

EXIGÊNCIA DO ALARGAMENTO DAS POSSIBILIDADES DE CAPTURA E REFORÇO DOS APOIOS À PESCA DA SARDINHA

Portimão, 28 de Setembro de 2015

No dia 28 de Agosto, a Associação Barlapescas esgotou a sua quota anual de captura da sardinha (728 toneladas) atribuída para 2015.

Das mais de 50 mil toneladas de sardinha que eram capturadas há alguns anos atrás no País, Portugal esteve este ano limitado a 13 mil toneladas, sendo que só para a indústria conserveira nacional são necessárias mais de 30 mil toneladas.

Esta limitação afecta ainda, no plano nacional, a actividade de mais de 2.000 pescadores e de cerca de 150 embarcações, levando muitos dos homens do mar e empresas a uma situação de grandes dificuldades.

A política que tem vindo a ser desenvolvida nos últimos anos, de abate de embarcações, de redução do peso da pesca na actividade económica do País, de inteira submissão às imposições da União Europeia, deixa antever, quando em pleno verão o País deixou de capturar sardinha, uma séria ameaça à continuação da pesca do cerco, seja no Algarve, seja no resto do País.

Lembramos que em 22 de Agosto passado se reuniram em Peniche os Municípios de Matosinhos, Figueira da Foz, Nazaré, Peniche, Setúbal, Sesimbra, Sines, Portimão, Loulé e Olhão, em que referiram, nomeadamente, que deve ser aumentada a possibilidade da captura de sardinha ainda em 2015 de forma controlada e sustentada, e igualmente que devem ser criadas medidas de acompanhamento para responder à interdição de pesca e imobilização das frotas a partir de agora.

Não há economia do mar sem pesca, sem pescadores e sem se assegurar o rendimento desses homens de grande coragem, que todos os dias arriscam a vida no mar para ganhar o seu pão e abastecer o País.

Perante esta situação, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia de Freguesia de Portimão, reunida a 28 de Setembro de 2015, delibere:

1. Exigir do governo que adopte as medidas necessárias para uma real monitorização pelo Estado português da quantidade de sardinha nas nossas águas (seja no Algarve, seja no resto do País) deixando de ficar dependente dos pareceres de instituições estrangeiras e que não têm em vista os interesses nacionais;
2. Exigir do governo que tome também outras medidas estruturais que garantam o rendimento dos pescadores e armadores e o desenvolvimento desta actividade produtiva, criando emprego, diminuindo a nossa dependência externa e assegurando o abastecimento de pescado não só para o consumo pela população, mas igualmente para a indústria conserveira nacional, evitando a actual importação de sardinha vinda de Espanha;



3. Declarar a sua solidariedade para com as posições assumidas pelos 10 Municípios na sua reunião em Peniche em 22 de Agosto passado;
4. Dar conhecimento desta deliberação ao Presidente da República, ao governo, aos 10 Municípios da reunião de Peniche, à Barlapesca, ao Sindicato dos Pescadores do Sul e aos órgãos de comunicação social.

Os eleitos pela CDU - Coligação Democrática Unitária na Assembleia de Freguesia de Portimão

Vasco Trindade

João Carlos Brás

Após a leitura da Moção nº 3, Ilídio Poucochinho, Presidente da Mesa de Assembleia, colocou-a à discussão da Assembleia. -----

Pediu a palavra Clemente Camarinha, da bancada do Partido Socialista, que, não obstante manifestar a preocupação da sua bancada com as pescas, especificamente a da sardinha, referiu ter alguns considerandos a fazer à Moção, nomeadamente no que respeita à linguagem utilizada e que traduz a posição da CDU, em determinados aspectos, concretamente o ser contra a Europa e no que respeita ao ponto 3 pelo facto de desconhecer a posição assumida pelos dez municípios, na reunião de Peniche, sendo sua opinião que os conteúdos da reunião deveriam vir anexos à Moção. -----

Na continuação da sua intervenção, Clemente Camarinha, disse não se rever em alguns considerandos da Moção nomeadamente o termo instituições estrangeiras, por considerar que estamos inseridos numa União Europeia, onde se tomam decisões com o aval de um conjunto de países, incluindo o nosso, independentemente de os nossos interesses não serem devidamente defendidos. -----

Pediu a palavra Armando Santana, da bancada da Coligação Servir Portimão, que, embora referindo a legítima preocupação das pessoas que vivem do mar, disse não se sentir à vontade para votar a Moção, por não saber se o estudo que foi feito, foi ou não bem feito, sendo sua opinião que, a partir do momento em que estamos inseridos numa União Europeia, só em caso de má fé se poderia fazer um mau acordo que prejudicasse certos países pelo que, nesse contexto, se houve uma decisão de controlar o defeso da sardinha, porque os bancos de cardume estavam deficitários, independentemente de saber quem os fez, tem que dar alguma credibilidade por achar que as instituições em causa, até prova em contrário, a merecem. -----



Assembleia de Freguesia de Portimão

Acta nº 9/2015

Para terminar a sua intervenção Armando Santana, da bancada da Coligação Servir Portimão, disse que, na sua opinião pessoal, não se deve votar uma coisa cujos dados se desconhece. -----

Pediu a palavra Custodio Coelho, da bancada da Coligação Servir Portimão, que referindo um estudo sobre a cadeia do valor do pescado, do qual faz parte, disse só existirem 3 países no mundo em que os pescadores são obrigados a vender o pescado ao Estado e são eles Coreia, Cuba e Portugal, o que explica a distribuição de valor da cadeia do pescado m, porque quando o Estado interfere na cadeia de valor de qualquer negocio afecta a distribuição o que não se verifica quando há livre concorrência. Custódio Coelho, disse ainda que outra das conclusões a que chegaram foi a de que na economia de mar e pescadores mais de metade do pescado provém da aquicultura e que cada vez há menos pescadores. -----

Pediu a palavra Vasco Trindade, da bancada da CDU, que reconheceu a falha no que respeita à falta de apresentação do documento, referente ao encontro dos municípios, e afirmou que a CDU não é contra a Europa mas sim contra a União Europeia. -----

Quanto às últimas intervenções, Vasco Trindade disse, no que respeita às instituições estrangeiras, que algumas delas, embora tenham a participação de cidadãos portugueses, têm tomado algumas decisões bastante nocivas, quer para o tecido produtivo português quer para a realidade social do nosso país e nesse sentido afirmou que essas instituições não têm como meta defender os interesses do povo português e de Portugal, no seu sucesso, no seu bem estar, no seu desenvolvimento e isso pode ser comprovado através do desenvolvimento da aplicação das políticas da União Europeia no nosso país, a muitos níveis, e não só na pesca. -----

Em resposta às intervenções dos membros da bancada da Coligação Servir Portimão, Vasco Trindade, concordou com a importância da questão do equilíbrio ecológico e do defeso mas disse que as medidas tomadas estão a servir para prejudicar a actividade, o rendimento e a vida dos profissionais da pesca, nomeadamente os pescadores, e deixam liberta, para pilhagem, toda a nossa área de reserva marítima. Quanto à questão da intervenção do Estado no equilíbrio de valor, Vasco Trindade, disse que o mercado livre não tem trazido benefícios para as pessoas noutras áreas nomeadamente nas telecomunicações e nos combustíveis. -----

Pediu a palavra Sara Rosado, da bancada da Coligação Servir Portimão, para dizer que a questão de não ter o texto com a posição dos municípios impede-a de mostrar solidariedade sobre uma coisa de cujo integral teor desconhece. Sara Rosado, disse, ainda, que tentou



Assembleia de Freguesia de Portimão

Acta nº 9/2015

informar-se sobre o assunto e foi-lhe dito que, em Setembro, houve uma reunião entre o Ministro da Agricultura e a Barlapescas, e que, inclusivamente, os pescadores já teriam recebido um subsídio. Nesse sentido, disse temer que a realidade já tenha sido alterada pelo que votará contra, não obstante também ter as suas preocupações em relação ao sector. -----
Não havendo mais pedidos de intervenção Ilídio Poucochinho, Presidente da Mesa de Assembleia, colocou a Moção a votação tendo sido aprovada por maioria, conforme quadro seguinte:

Votações	PS	SP	PPD/PSD	BE	CDU	Total
Votos a favor				2	2	4
Abstenções	6		1			7
Votos contra		3				3

Passou-se de seguida ao **Ponto 3 – Apreciação e votação da segunda Revisão Orçamental;** -----

Pediu a palavra Álvaro Bila, Presidente da Junta de Freguesia, que explicou que a presente Revisão deve-se à necessidade de abrir uma rubrica para incluir o subsídio, recebido pela Seguradora, para a Musica no Coreto e também reforçar a sinalização de trânsito para comprar as nove placas de toponímia que falta colocar.-----

Ilídio Poucochinho, Presidente da Mesa de Assembleia, perguntou se as placas estariam colocadas até ao fim do ano.-----

Álvaro Bila, Presidente da Junta de Freguesia, esclareceu que, segundo a Lei 75, a competência das Freguesias é colocar as placas e não faze-las mas como o Município já tem €20.000,00 de atraso, no que respeita a placas, o executivo da Junta irá falar com o Município e caso seja necessário também as irá colocar. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção Ilídio Poucochinho, Presidente da Mesa de Assembleia, colocou o Ponto nº3 a votação tendo sido aprovado por unanimidade, conforme quadro seguinte:



Assembleia de Freguesia de Portimão

Acta nº 9/2015

Votações	PS	SP	PPD/PSD	BE	CDU	Total
Votos a favor	6	3	1	2	2	14
Abstenções						
Votos contra						

Passou-se de seguida ao **Ponto 4 – Informação do Presidente;**-----

Álvaro Bila, Presidente da Junta de Freguesia, antes de se colocar à disposição da Assembleia para responder a questões relativas ao Ponto 4, deu conta de dois erros na Informação procedendo à sua rectificação e informou que a Freguesia de Portimão já se inscreveu nas Finanças, no regime de IVA, tendo explicado que o principal objectivo dessa inscrição resulta na ajuda às instituições da cidade que, para fazerem espectáculos de angariação de fundos, precisam do apoio da Junta, que irá funcionar como entidade organizadora dos mesmos, e para tal terá que pagar o IVA ao estado. -----

Pedi a palavra Custódio Coelho, da bancada da Coligação Servir Portimão, para pedir que os mapas passassem a incluir os acumulados desde o mês de Janeiro e disse que gostou de ver a posição do Partido Socialista ao viabilizar as Moções da CDU, o que considerou uma tentativa de pré acordo governamental. -----

Álvaro Bila, Presidente da Junta de Freguesia, disse que fazia todo o sentido que os mapas incluíssem os acumulados e que inclusivamente já solicitara ao serviço de contabilidade para proceder em conformidade, porque o executivo da Junta de Freguesia tem como apanágio trabalhar com a maior transparência. -----

Pedi a palavra Clemente Camarinha, da bancada do Partido Socialista, que, em relação ao acordo, disse que o mesmo não será necessário pois irão ganhar com maioria absoluta. -----

Pedi a palavra Vasco Trindade, da bancada da CDU, que disse que o único acordo que conhece é o existente entre o PSD e o CDS mas que se for para seguir uma política patriótica e de esquerda, e que defenda o povo português e as suas necessidades a CDU, estará disponível.

Na continuação da sua intervenção, Vasco Trindade, pediu esclarecimentos sobre a retirada dos bancos do jardim, junto à Unidade de Saúde de Portimão e lembrou o executivo que, aquando da Apreciação e Votação do Acordo dos Créditos Vencidos, a CDU, solicitou esclarecimentos sobre a questão dos recibos que estavam referidos e a não discriminação dos



Assembleia de Freguesia de Portimão

Acta nº 9/2015

serviços prestados pela Junta de Freguesia, cuja informação ainda não lhes foi facultada. -----

Álvaro Bila, Presidente da Junta de Freguesia, respondeu que o assunto dos bancos não é da responsabilidade da Junta, embora os seus serviços já tenham recuperado muitos bancos, tanto na Praia da Rocha, como no Jardim da Estação e no Jardim das Águas Livres, quanto aos créditos vencidos, Álvaro Bila, disse que irá averiguar junto dos serviços competentes o motivo desse pedido de esclarecimento ainda não ter sido enviado.-----

Álvaro Bila, deu, ainda, conhecimento do início das obras de cobertura do Parque Infantil, dos trabalhos de enriquecimento das zonas verdes e da reparação de todo o equipamento que se encontra danificado, sendo seu desejo que o mesmo reabra com todas as condições e cuja cobertura vai ser uma mais-valia para o centro da cidade. -----

Não havendo mais pedidos de esclarecimento, Ilídio Poucochinho, Presidente da Mesa de Assembleia, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão da Assembleia de Freguesia, pelas 24 horas. -----

Para constar se lavrou a presente acta, que tem como suporte a gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva Sessão, que lida e conferida, vai ser assinada por mim, Célia Maria Gaspar Franco de Sousa _____, Assistente Técnica a prestar apoio à Assembleia de Freguesia de Portimão, bem como pelos componentes da Mesa da Assembleia Freguesia de Portimão. -----

A Mesa da Assembleia de Freguesia,

O Presidente da Mesa

O 1º Secretário